

O endividamento com taxa de água e esgoto na Maré

Professora da UFRJ vê falta de transparência nas cobranças

Tânia Rêgo/Agência Brasil

A falta de transparência nas cobranças da concessionária Águas do Rio, na Maré, é uma prática de mercado identificada em outras regiões atendidas pela empresa, como Japeri, um dos municípios mais pobres do estado do Rio de Janeiro. A constatação é da professora Ana Lucia Britto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na avaliação da professora da UFRJ, o problema ocorre porque a concessionária atua “orientada por uma lógica de ampliação de receitas”, uma vez que cobranças pelo abastecimento e coleta de esgoto são insuficientes para remunerar os acionistas.

“Essas empresas têm uma série de mecanismos para formação de caixa que vão além da prestação de um serviço de água e esgoto”, frisa Ana Lucia. Ela cita taxas para o corte do abastecimento, religação e a cobrança de juros em casos de inadimplência.

“São vários custos altíssimos e penduricalhos que elevam o valor da conta”, explica.

Em março, moradores da Maré receberam as primeiras contas de água, que sucederam o anúncio de investimentos de R\$ 120 milhões na comunidade. Os valores foram considerados altos, e moradores recorreram às associações. Em Rubens Vaz, uma das 16 comunidades da Maré, as cobranças chegaram a R\$ 1.153.

“Onde era para vir [uma con-



Os valores foram considerados altos, e moradores recorreram às associações

ta de] R\$ 5, veio [de] R\$ 260, R\$ 280, teve conta de quatro moradores aqui de R\$ 1.153, em março, sendo que eles [a concessionária] falaram que iam cobrar só em abril”, relata o presidente da associação local, Vilmar Gomes Crisóstomo, conhecido como Maga.

“Eu estou preocupado”, diz ele. A tarifa de R\$ 5 foi uma promessa da concessionária para os moradores da Maré, por pelo menos um ano.

Maga também relata que, na Maré, faturas chegaram sem o nome do responsável pelo domicílio. “Teve gente que recebeu conta alta sem nome, sem CPF, sem endereço da rua... Está es-

crito: [morador] não cadastrado, mas chegou lá para alguém pagar”, afirma.

“Mas como que vou pagar algo que não está no meu nome?”, pergunta Vilmar. Ele orientou os mareenses a não pagarem cobranças sem a identificação pelo nome e CPF.

A concessionária informou que identificou problemas no sistema e cancelou as cobranças.

Ao contrário de outras localidades atendidas, na Maré também não haverá cobrança pela instalação de hidrômetros nem pela ligação do esgoto à rede, principal intervenção da empresa na comunidade.

Diferentemente de Japeri, o cadastro na tarifa social será automático para os moradores e dará direito à tarifa residencial de R\$ 5, segundo a concessionária. Residências com comércio serão avaliadas separadamente.

Apesar de as cobranças terem sido canceladas, Maga, da associação de moradores, vê com preocupação a chegada da Águas do Rio. Ele avalia que, mesmo na tarifa social, os valores são altos, e prevê inadimplência.

“Aqui as pessoas não têm R\$ 1 para comprar um pão de manhã para filhos e netos, não têm R\$ 60 para a conta”, diz o presidente da associação de moradores.

Drenagem e lixo e seguem como desafio na Maré

Olha a marca aqui na parede.” É apontando para uma altura de cerca de 1 metro (m) que a água alcançou dentro de casa que a moradora Cláudia da Costa Tavares da Silva, de 63 anos, resume o impacto dos alagamentos no Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. Em dias de chuva, a rotina vira uma corrida contra o tempo: proteger a mãe, uma senhora de 86 anos com Alzheimer, empilhar móveis e enfrentar a água suja que retorna do esgoto.

Há anos, moradores da Maré, um complexo de 16 favelas e 200 mil habitantes, enfrentam alagamentos. O despejo irregular de esgoto na rede pluvial, somado ao acúmulo de lixo que obstrui bueiros e canais, além de uma drenagem obsoleta, contribui para cenas de casas alagadas e pessoas nas ruas com água na cintura.

A concessionária Águas do Rio anunciou, em março, investimentos de R\$ 120 milhões para ampliar a rede de esgoto e amenizar a situação. A solução definitiva, porém, exige medidas integradas, com ações da prefeitura, avalia a organização social Redes da Maré. Procurada pela Agência Brasil, a Prefeitura do Rio de Janeiro informou que debate com a comunidade “a elaboração de projetos de infraestrutura”, mas não citou soluções de curto prazo.

Moradora da região há quase seis décadas, Cláudia conta que a família sobrevive adaptando a residência. Nos primeiros anos, aterrando, depois, instalando batente na porta. Segundo ela, as intervenções, no entanto, são insuficientes, diante do volume das chuvas, que tem aumentando ano a ano.

“Quando enche, a gente tem que botar tudo em cima da cama. A água vem pelo banheiro, pelo esgoto. É horrível aquela água suja”, relata Cláudia.

O medo não é só da perda de bens, mas de riscos à saúde. “Vem doença, vem sujeira, insetos, rato. Tenho pavor de rato. Já apareceu aqui”, conta.

No Complexo da Maré, há uma rede antiga de esgoto. Muitas casas, entretanto, não estão ligadas a ela. Por ser uma solução hidráulica mais simples, as moradias acabaram acoplado o esgoto nas galerias pluviais, mais superficiais.

Professores do estado de SP finalizam greve, mas mantêm mobilização

Marcelo S. Camargo/Governo do Estado de SP

Os professores da rede estadual de São Paulo decidiram em assembleia, na última sexta-feira (10) finalizar a paralisação iniciada na quinta-feira (9). Os docentes optaram por dar andamento a um calendário de ações em todo o estado.

Segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp), a decisão foi tomada por cerca de 10 mil participantes, que avaliaram positivamente a greve, com adesão média de 40% da rede estadual, e definiram a continuidade da luta com a realização de atos, reuniões e ações de mobilização com a comunidade escolar.

Para esta terça-feira (14), está programada uma mobilização a partir das 14h30 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), onde a categoria pre-



Reivindicações são reajuste salarial e abertura de classes

tende acompanhar os debates e pressionar os parlamentares pela retirada de pauta do PL 1.316, que trata da Reforma Administrativa da Educação.

Uma nova assembleia estadual está convocada para o dia 28 de abril, às 15h, na Alesp, quando

serão avaliados os próximos passos do movimento.

A categoria reivindica reajuste salarial, aplicação correta do piso nacional como base da carreira, valorização profissional, melhores condições de trabalho e mudanças em políticas educacio-

nais em curso no estado.

A pauta da mobilização inclui ainda outros pontos, como a retirada de pauta do PL 1.316, que trata da Reforma Administrativa da Educação e a revogação da Avaliação de Desempenho, considerada injusta pela entidade.

Os professores também pedem abertura de classes para o ensino regular e educação de jovens e adultos (EJA) no período noturno e de educação especial inclusiva que atenda às necessidades de alunos atípicos e com deficiência.

Outro ponto destacado pela entidade é a implementação da meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a equiparação salarial dos professores da educação básica com outros profissionais de nível superior.